

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E SEUS DILEMAS NA
HORA DE DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA,
1974/1975**

JOSÉ BERNARDO¹

**Trabalho Apresentado no Seminário
Pedagógico da Universidade Federal
Rural de Pernambuco, Abril de 2007,
cidade do Recife, Brasil.**

¹ Mestre em Desenvolvimento Urbano, UFPE e Especialista em Ensino de História, UFPRE, Recife/Brasil.

RESUMO

Este trabalho analisa a Revolução de 25 de Abril de 1974 e suas implicações no momento de descolonização de Angola. Trata-se de uma revolução que marcou o fim de uma longa ditadura e traçou o caminho de transição para a independência dos territórios portugueses na África e da democracia em Portugal. Considera-se um período extremamente extraordinário: inesperado, muito mal entendido em seus efeitos sobre o cenário nacional e internacional. Procuramos neste trabalho mostrar a fórmula encontrada pelo Portugal para a descolonização de Angola, após da crise desencadeada por Spínola, que tornou o processo de descolonização de Angola ainda moroso e difícil. Em Moçambique e Guiné Bissau a situação estava definida, com a entrega do poder à FRELIMO e ao PAIGC. A aprovação da nova Lei 7/74 Constitucional pelo Conselho de Estado, em 26 de julho de 1974, em Lisboa, que consagrava o reconhecimento, por parte de Portugal, do direito à autodeterminação e à independência dos povos das colônias ultramarinas trouxe grandes esperanças para as colônias portuguesas na África, portanto, foi reconhecida a legitimidade para negociarem com Portugal. No contexto do processo de descolonização de Angola o Acordo do Alvor de 1975, desempenhou um papel fundamental, primeiro, ao definir as regras pelo qual Angola seria independente, e segundo, o Portugal ao se comprometer em reconhecer publicamente o direito à independência e à autodeterminação dos povos angolanos. O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos, jornais, revistas, publicações de Internet, e outras.

Palavras-Chave: Revolução, Descolonização e Conflitos.

INTRODUÇÃO

Até início de 1974, Portugal era governado por um regime autoritário de inspiração fascista italiana², que passou a controlar o país, sob o governo do Estado Novo. A República Nova era apoiada pela igreja católica, pelos pequenos e grandes proprietários de terra e pelos funcionários burocráticos de baixo escalão. Sua política era movida por uma engrenagem composta de intelectuais conservadores e semifascistas, uma polícia secreta e um pequeno número de grandes empresas privadas. De acordo com a visão da história dos ideólogos do regime, o país manteve uma política baseada na manutenção das colônias ultramarinas, ao contrário da maior parte dos países europeus que então desfaziam os seus impérios coloniais. Apesar da contestação nos fóruns mundiais, como na Organização das Nações Unidas (ONU), Portugal manteve uma política de força, tendo sido obrigado, a partir do início dos anos 60, a defender militarmente as colônias contra os movimentos de libertação de Angola, Guiné Bissau e Moçambique.

A decadência econômica e o desgaste com a guerra colonial na África³ provocaram em Portugal descontentamento nas Forças Armadas e na população. Além disso, a ausência de liberdade no país e os abusos da Polícia de Investigação e Defesa do Estado (PIDE),

² Em 1919, em Milão, Itália, Mussolini fundou o Partido Fascista italiano. Os fascistas ganharam apoio da elite e da classe média, expandindo-se por todo o país. Entre as principais razões da ascensão desse movimento na Itália destacam-se a crise política e econômica e os efeitos desmoralizantes sofridos pelo país com a Primeira Guerra Mundial. Esse movimento passou a ser considerado por alguns governantes da Europa, por exemplo, Portugal e Espanha, como modelo ideal para os seus países.

³ As guerras coloniais iniciadas nos anos 1960, em Angola, Moçambique e Guiné Bissau foram cruciais para a decadência do último império colonial na África e o fim do governo autoritário de António Salazar e Marcelo Caetano, em Abril de 1974, em Portugal. A derrota do colonialismo português na África foi total em todos os campos de lutas, sejam militares, diplomáticas e políticas.

favoreceram a aparição de um movimento contra a ditadura, na década de 70.

De acordo com Silvino (2004), no dia 24 de Abril de 1974, um grupo de militares (COPCON)⁴ comandados por Otelo Saraiva de Carvalho instalou secretamente o posto de comando principal do movimento golpista no quartel da Pontinha, em Lisboa. Nesse mesmo dia é publicada uma nota no jornal República, divulgando para a noite a transmissão do programa Limite na Rádio Renascença. Às 10h 55 min da noite é transmitida a canção "E depois do Adeus", de Paulo de Carvalho, pelos Emissores Associados de Lisboa, emitida por Luís Filipe Costa. Este foi um dos códigos previamente combinados pelos golpistas e que sinalizava a tomada de posições da primeira fase do golpe de estado.

O segundo sinal foi dado no dia 25 de abril às 0h20 min, quando foi transmitida a música de estilo revolucionário proibida pela censura, "Grândola⁵ Vila Morena", de autoria do Dr. José Afonso (Zeca), pelo programa Limite, da Rádio Renascença, que confirmava o golpe e marcava o início das operações. Os dados estavam lançados. O locutor de serviço nessa emissão foi Leite de Vasconcelos, jornalista e poeta moçambicano. (SILVINO, 2004)

O golpe militar do dia 25 de Abril teve a colaboração de vários regimentos militares que desenvolveram uma ação concertada.

Conforme Silvino (2004), no Norte, uma força militar liderada pelo Tenente-Coronel Carlos Azeredo toma o Quartel-General da Região Militar do Porto. Estas forças são reforçadas por militares vindas de Lamego. Forças militares do nono Batalhão do Comando (BC9) de

⁴ Comando Operacional do Continente. Força militar de repressão com funções idênticas às da Polícia de Investigação e Defesa do Estado – PIDE e da Guarda Nacional Republicana – GNR no tempo de Salazar. Sanches Osório. O Equívoco de 25 de Abril, 1975.

⁵ Grândola, Vila Morena: Canção de autoria do dr. José Afonso, de estilo revolucionário. Grândola é uma Vila do Alentejo, Portugal.

Viana do Castelo tomam o Aeroporto de Pedras Rubras. E outras forças aliadas do comando militar tomam a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e o Rádio Comercial Portuguesa (RCP) no Porto. O regime reagiu, e o ministro da defesa ordenou as forças localizadas em Braga para avançarem sobre o Porto, no que não foi obedecido, já que estas já tinham aderido ao golpe.

A Escola Prática de Cavalaria, que partiu de Santarém para Lisboa, coube o papel mais importante: a ocupação do Terreiro do Paço. As forças da Escola Prática de Cavalaria eram comandadas pelo então capitão Salgueiro Maia. O Terreiro do Paço foi ocupado às primeiras horas da manhã. Salgueiro Maia moveu, mais tarde, parte das suas forças para quartel do Carmo onde se encontrava o chefe do governo, Marcelo Caetano, que ao final do dia se rendeu, fazendo, contudo, a exigência de entregar o poder ao General Antônio de Spínola, "que não fazia parte do MFA", para que o "poder não caísse na rua". No entanto, o regime caiu sem ter quase quem o defendesse. (IDEM, 2004)

A revolução, apesar de ser freqüentemente qualificada como "pacífica" culminou no final do dia, resultando, contudo, na morte de 04 pessoas, quando elementos da PIDE (Polícia Política) dispararam sobre um grupo que se manifestava à porta das suas instalações na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa.

Para Silvino (2004), do amanhecer até às 16h todos os pontos estratégicos já eram ocupados pelo MFA. Emissoras de rádio, TV, aeroportos, quartéis, bancos e palácios estavam em poder do Movimento das Forças rebeldes. Enquanto as forças leais ao regime se rendem, uma parte de forças militares do MFA marchava sobre Lisboa, a Sede do Governo, anunciando a queda do antigo regime, a população sai às ruas e comemoravam o fim da ditadura distribuindo pétalas de cravos, a flor nacional, aos soldados rebeldes. Existem

várias versões, sobre quem teria sido primeiro a jogar pétalas de flores nas ruas, mas uma delas é que uma florista contratada para levar cravos para a abertura de um hotel, foi vista por um soldado que pôs um cravo na espingarda, e em seguida todos o fizeram, portanto, alguém começou a distribuir cravos vermelhos pelos soldados que depressa os colocaram nos canos das espingardas. A partir daí, o cravo tornou-se o símbolo da Revolução de 25 de Abril de 1974.

No dia seguinte, forma-se a Junta de Salvação Nacional, constituída por militares golpistas, e que procederá a um governo de transição. Também é apresentado o programa do MFA, no qual constava três pontos essenciais: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver (SILVINO, 2004). Ou seja, o programa do MFA propunha a instauração, a curto prazo, duma Democracia Política em Portugal, implantação de uma nova política económica, posta ao serviço do povo português e o direito de autodeterminação dos territórios africanos (MAXWELL, 2006). Além disso, foram tomadas medidas imediatas da revolução, como a extinção da polícia política (PIDE/DGS) e da censura (SILVINO, 2004).

Em 26 de abril vários presos políticos foram libertados da Prisão de Caxias e de Peniche, Portugal. Os líderes políticos da oposição no exílio voltaram ao país nos dias seguintes.

Os sindicatos livres e os partidos políticos, incluindo o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS), que haviam sido proibidos de funcionar no país pelo regime salazarista foram legalizados. A PIDE é definitivamente extinta e seus agentes caçados pelo povo, que exige punição pelas arbitrariedades cometidas. Em 16 de maio, o 1º Governo Provisório toma posse em Portugal, presidido por Adelino da Palma Carlos com participação de Mário Soares, Álvaro Cunhal e Sá Carneiro.

Conforme Pissarro (2005), a notícia do 25 de abril de 1974 pegou os líderes dos movimentos de libertação nacional de Angola de surpresa. Nesse dia, Agostinho Neto presidente do Movimento de Libertação de Angola (MPLA) encontrava-se em Canadá, mantendo contatos com a companhia petrolífera norte-americana Gulf Oil, em busca de apoio ocidental para o MPLA. Sem hesitação classificou o golpe em Portugal como um ajuste de contas entre facções do regime. Os três movimentos, aliás, em comunicados tornados públicos nos dias imediatos, não escondiam as suas reservas. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em comunicado publicado a 30 de abril, apelava à continuação da luta do povo angolano até que "a justiça universalmente seja reconhecida, o bom-senso e o direito à livre determinação" saíssem vitoriosos (IDEM, 2005, P. 14).

"Na primeira semana de maio de 1974, o general Costa Gomes⁶ chega a Luanda, e afirma em conferência de imprensa que o combate contra os movimentos de libertação continua, até que estes deponham as armas e aceitem uma solução política." (PISSARRO, 2005, P. 14)

Ainda em maio de 1974, o presidente da FNLA, Holden Roberto, admitia já negociações com Portugal, com uma condição: "o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência." (PISSARRO, 2005, P. 15)

Pelo mesmo caminho, Agostinho Neto líder do MPLA ajustara a opinião sobre o golpe militar em Portugal, mas mantinha a

⁶ Segundo Costa Gomes "nenhuma província, nenhum grupo, nenhuma raça, terão permissão para impor uma solução que não tenha passado pelo crivo de um teste democrático", disse general, acrescentando, em resposta a dúvidas manifestadas pelos jornalistas, que "é nossa intenção continuar a luta contra as guerrilhas, e essa posição manter-se-á até que os guerrilheiros aceitem a nossa oferta para depor as armas e se apresentem como um partido político legal" (GOMES *apud* PISSARRO, 2005, p.14)

determinação de lutar até que Portugal se comprometesse a conceder a independência, a partir do que poderia ser iniciada a negociação sobre a transferência do poder. Neto rejeitava categoricamente qualquer federação com a antiga metrópole (IDEM, 2005, P. 15).

A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) liderada por Jonas Savimbi, a 21 de maio alinhava-se pelas mesmas idéias. Mas, segundo o jornal "Província de Angola", Jonas Savimbi teria já acordado com as autoridades portuguesas um cessar-fogo. A 14 de Junho, Savimbi tornava pública, no mesmo jornal, as suas posições sobre a questão, propondo um período de preparação política do povo para a independência, com a participação dos três movimentos, e a realização de eleições (IDEM, 2005, P. 15).

Pissarro (2005), lembra que de Portugal, a Junta de Salvação Nacional ordenara o regresso do então governador de Angola, Santos e Castro, e nomeara em seu lugar o então tenente-coronel Soares Carneiro. Da prisão de Luanda são libertados 85 presos políticos, e da de São Nicolau, em Moçâmedes atual Namibe, 1.200. A PIDE é formalmente extinta, mas formam-se os agentes integrados num novo serviço de informações, o Comando da Polícia de Informação Militar (CPIM).

Em 06 de junho de 1974, inicia a negociação para a independência de Moçambique. Enquanto isso Angola vivia o clima de agitação militar entre os três movimentos de libertação e Portugal enfrentava a ocupação de sem-teto e greves. No dia 12 de junho, Spínola indica Vasco Gonçalves para o cargo de Primeiro Ministro. Em 18 de junho, o 2º Governo Provisório toma posse, presidido pelo general Vasco Gonçalves, membro do MFA. Em termos gerais, considera-se que esta revolução foi um dos movimentos nacional mais importante na história de Portugal, pois procurou devolver a

paz e a liberdade ao povo português e aos territórios africanos (SILVINO, 2004).

Segundo Maxwell (2006), o Golpe Militar começou a ser preparado na Guiné Bissau. Em 21 de agosto de 1973 é realizada em Bissau a primeira reunião clandestina de capitães portugueses. Em 09 de Setembro do mesmo ano, no Monte Sobral (Alcáçovas) surge o Movimento das Forças Armadas (MFA), como reação à insatisfação profissional e a questões de status e privilégios. Em 24 de setembro, o movimento para a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) declara unilateralmente a proclamação da república, em 10 de outubro o novo Estado já havia sido reconhecido por 54 países.

Muito antes do golpe, Marcelo Caetano tentou salvar o regime de Lisboa com medidas de “liberalização”, porém foi sem sucesso e tornou o regime mais fraco ainda. No dia 05 de março de 1974, os Militares das Forças Armadas e população participante do Movimento de oposição ao regime aprovam o primeiro documento do MFA contra o governo autoritário e a Guerra Colonial na África. Este documento é posto a circular clandestinamente. (WIKIPÈDIA, 2007)

No dia 14 de março de 1974, o governo demite os generais Spínola e Costa Gomes dos cargos de Vice-Chefe e Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, alegando terem recusado a participar numa cerimônia de apoio ao regime. No entanto, a verdadeira causa da expulsão dos dois Generais foi o fato do primeiro ter escrito, com a cobertura do segundo, um livro, "Portugal e o Futuro", no qual, pela primeira vez uma alta patente advogava a necessidade de uma solução política para as revoltas separatistas nas colônias africanas e não uma solução militar. Este ato foi fundamental para acelerar o fim do regime salazarista. Em 16 de março registra-se tentativa de golpe militar das Caldas da Rainha.

Cerca de 200 militares são presos. No dia 24 de março a última reunião clandestina decide o derrube do regime pela força. (IDEM, 2007)

O golpe não garantiu apenas a tranqüilidade da população, mas também trouxe muitas conseqüências internas imediatas para o próprio país. Quando o velho regime caiu, pouca atenção se deu ao MFA. O programa do movimento era pouco debatido, apesar do fato de logo ser promulgado como a Constituição provisória da república portuguesa. Havia muitas ambigüidades na definição do programa político do MFA, especialmente no que se refere à descolonização de províncias ultramarinas. Antes do golpe Spínola havia excluído do programa, o direito à autodeterminação dos territórios africanos, dificultando à independência desses países. Em seu projeto propunha a criação de uma federação de países lusófonos, o que não foi aceite pelo MFA que defendia a independência imediata para as colônias africanas. Sem demora Portugal entra em um período de grande agitação revolucionária, fazendo com que a questão das províncias do ultramar, em particular Moçambique e Angola, ficasse num segundo plano. Vários políticos moderados e conservadores de 25 de Abril consideravam o Caso Angola, Moçambique, Guiné Bissau como fardos pesados, dos quais não seriam fácil de se livrar deles o mais rápido possível, fosse esta ou aquela forma a mais indicada. Além disso, achavam que seria uma ilusão perigosa que rapidamente se pudesse resolver o problema de descolonização dos territórios africanos, pois o Portugal não estava numa situação de impasse para resolução da questão. Também afirmavam que houve dificuldades e sempre haverá dificuldades na descolonização da África. As negociações seriam conseqüentemente difíceis e morosas, o que exigiria necessariamente tempo a solucionar, e que isso não dependeria unicamente de Portugal. Em junho de 1974, Spínola e o primeiro-ministro, o professor Palma Carlos, tentaram reduzir a influência do MFA, mas tiveram seus planos frustrados. A crise

acarretou a renúncia de Palma Carlos. À medida que se evidenciavam as divergências fundamentais entre Spínola e o MFA sobre a direção da política interna e colonial, o PCP que havia nos primeiros meses depois do golpe de Estado se colocado firmemente no centro do espectro político e que também se opunha às atitudes de Spínola na questão da descolonização, foi aumentando a sua colaboração com os membros do MFA.

Em 26 de julho de 1974, Portugal aprova e promulga a Lei Constitucional nº 7/74, pela qual reconhece o direito à autodeterminação e independência das colônias africanas, e dá pela primeira vez ao Presidente da República competência para, através de acordos assinados por ele ou por outra via que se considere vantajosa, formalizar atos de descolonização. Spínola não teve outra saída senão a de assinar a presente lei.

Em 22 de fevereiro de 1975, o MFA amplia seus poderes ao criar o veto às decisões políticas fundamentais. A 11 de março, ocorre uma nova tentativa de Golpe de Estado em Portugal, desta vez, organizado pelos spinolistas que estavam insatisfeitos com as decisões políticas do MFA. Mas a resistência fracassou, grande parte dos revoltosos abandona o país com medo de represálias.

Em 10 de setembro de 1974, o Governo Português reconhece oficialmente a independência da Guiné Bissau. Já no dia 25 de junho de 1975, Moçambique proclama a sua independência. Em 05 de julho de 1975, Cabo Verde anuncia também a proclamação da sua independência. Sem demora, a 12 de julho de 1975, S. Tomé e Príncipe proclama a independência do país. Nesse período Angola vivia uma situação dramática, os conflitos internos entre os

movimentos⁷ de guerrilha atrapalhava todo o processo de transferência do poder para os angolanos (SILVINO, 2004).

1. Portugal e a Descolonização de Angola

1.1. Portugal reconhece o direito à independência de Angola no meio de Conflitos internos e externos.

Angola sempre esteve próxima do centro da luta entre as grandes potências do mundo, sobretudo da União Soviética e dos Estados Unidos da América durante os turbulentos primeiros meses em que se seguiram ao golpe em Lisboa. Não é à toa, Angola era considerada pela metrópole “A Jóia da Coroa Portuguesa”. Suas riquezas e sua beleza cobijam “qualquer nação”.

Na Guiné-Bissau e em Moçambique, Portugal sabia exatamente com quem iria negociar os acordos para a independência dos territórios: do outro lado da mesa iriam estar só o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Mas a existência de três movimentos de libertação no caso de Angola tornava impossível qualquer tentativa de uma rápida solução negociada (SILVINO, 2004).

Segundo Pissarro (2005), após do golpe militar, Portugal passou por um período conturbado que durou cerca de 3 meses sem

⁷ “O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) tinha a sua zona de influência política concentrada principalmente em Luanda, pois, no Leste, o seu famoso guerrilheiro, Daniel Chipenda, antigo jogador internacional do Benfica de Portugal, estava negociando com a FNLA uma estratégia política, para ele e todos os seus homens. A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) tinha no sul, na etnia dos umbundos, os seus grandes redutos. Jonas Savimbi era homem do sul. Sua ideologia não parecia totalmente clara, mas no momento, segundo Mota Veiga Pereira, era a UNITA o movimento que possuía o maior número de eleitores brancos, não só em Luanda, como nas cidades do sul, Nova Lisboa, Sá da Bandeira e outras. Restavam para a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) seus tradicionais redutos do Norte, a zona do café, a grande fronteira com a República do Zaire, de onde sempre partiram os apoios logísticos às guerrilhas contra o exército português, durante 14 anos” (CASCUDO, 1979).

saber com quem negociar diretamente para a transferência do poder em Angola.

As rivalidades entre os movimentos de libertação, marcadas pelas diferenças étnicas, ideológicas e políticas e as intransigências de Spínola de não querer reconhecer o direito de autodeterminação da nação angolana tornavam os sonhos da independência do país cada vez mais distante da sua realidade.

Após de muitos meses de divergências entre o general Spínola e MFA sobre a descolonização de Angola, os portugueses, finalmente, encontram uma fórmula para a independência do território ultramarino.

De acordo com Freitas (1975), a nível do MFA, uma ordem direta de Lisboa, diz para seus representantes em Angola a fim de se avançar com negociações com os movimentos de libertação nacional para a cessação das hostilidades no país. Foi assim, em 14 de junho de 1974 Portugal, através do Comandante-Chefe que tinha sido nomeado após o 25 de Abril para coordenar as atividades do MFA em Angola, o General Franco Pinheiro e a UNITA assinam em Lungué-Bungo a cessação das hostilidades, em 10 de outubro a facção abre a sua sede em Luanda. E também se fizeram muitos contatos com outros movimentos de libertação de Angola, a FNLA e o MPLA. A 12 de outubro Portugal e a FNLA assinam em Kinshasa, Zaire o acordo de cessar-fogo, no dia 15 de outubro marca-se o início da cessação das hostilidades entre Portugal e a FNLA, e em 16 do mesmo mês a Frente Nacional de Libertação de Angola abre as suas instalações em Luanda; Por último, em 21 de outubro em Lunhamege-Angola, Portugal e o MPLA assinam acordo de cessação de hostilidades, e em 08 de novembro o movimento abre a sua delegação em Luanda.

A 09 de agosto de 1974, a Junta de Salvação Nacional de Portugal divulga o primeiro programa formal para a descolonização

de Angola. Era prevista a formação de um Governo provisório de coligação, após a assinatura de um cessar-fogo com os movimentos de libertação, que integrariam um Gabinete em condições de igualdade com representantes dos grupos étnicos mais significativos, entre os quais o dos "brancos" é referido explicitamente. (FREITAS, 1975)

Após um recenseamento, seriam realizadas no prazo de dois anos, eleições para uma Assembléia Constituinte, segundo o princípio de um homem, um voto, e, após a elaboração da Constituição, seriam realizadas eleições para o Parlamento e o Governo, cujos resultados Portugal se comprometia a respeitar. Era igualmente admitida a possibilidade de verificação, pelas Nações Unidas, das eleições (IDEM, 1975).

O anúncio, que tinha por finalidade acalmar a população branca em Angola, acabou por ter algum efeito contrário. O MPLA e a FNLA rejeitam o programa, devido à proposta de representação dos maiores grupos étnicos. Em Portugal, o programa é aceite, mas sem grande consentimento da maioria dos conservadores e do presidente da república.

Entretanto, Spínola, descontente com aprovação do documento tentou mais uma vez impedir a descolonização de Angola, usando manobras astúcias e enganosas de forma a ganhar o tempo para a criação de forças políticas fora da rota de coalizão com os movimentos de libertação nacional. Neste contexto, surge a seguinte indagação: por que o General Spínola em todos os momentos rejeitava a descolonização de Angola? Qual era a sua intenção em relação à Angola? Para responder esta questão procuramos compreender, em primeiro, o que foi estabelecido no encontro realizado em Cabo Verde entre Spínola e o Mobutu⁸, em 1974.

⁸ Joseph Mobutu, ex- presidente do Zaire, atual República Democrática do Congo, desde 1965 até 1997.

1.1.1. O encontro na Iha do Sal, Spínola com Mobutu

Spínola, vencido em julho de 1974 no acordo com o PAIGC sobre a Guiné-Bissau e frustrado no começo de setembro em seu plano para Moçambique tentou manter o controle pessoal nas negociações com Angola. Mas o seu plano para a descolonização de Angola dependia muito da colaboração do presidente Mobutu, do Zaire.

Passando poucos meses após 25 de abril, isto é “no sábado, 14 de setembro de 1974” o General Spínola e Presidente Mobutu do Zaire encontram-se e conversam secretamente durante cinco horas na Ilha do Sal, Cabo Verde. A intenção do General Spínola era a de evitar para que o processo de descolonização de Angola não ocorresse os mesmos erros que tinham sido cometidos na descolonização de Moçambique. Segundo Osório (1975, p. 75), a descolonização de Angola estava a ser (e foi) mal executada. “Com efeito, o Moçambique havia sido entregue a uma facção, injusta e erradamente, pois havia outras facções com legitimidade para negociar.” (OSÓRIO, 1975, P. 75-76)

Ainda de acordo com Osório (1975),

Pretende-se fazer o mesmo com Angola. Aliás, ainda hoje o Governo de Lisboa pretende entregar Angola a uma única e determinada facção o que, necessariamente, leva a convulsões internas. Concretamente o Governo de Lisboa quer entregar Angola à facção comunista representada pelo MPLA. O General Spínola pretendia arranjar uma solução de equilíbrio entre as várias facções, incluindo o MPLA e a população branca a qual, atingindo cerca de 800. 000 pessoas, tem também uma palavra a dizer. Daí o encontro com o Presidente Mobutu, ao qual assistiram os Tenentes Coronéis Rubin de Andrade, Dias de Lima e Firmino Miguel. Era perfeitamente legítima a preocupação do General Spínola em querer controlar a descolonização de Angola,

pois que, no caso de Moçambique, nem sequer o Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e o Ministro da Administração Internacional Almeida Santos aí puderam fazer fosse o que fosse. De fato, quando estes dois Ministros chegaram a Lusaka, já os Acordos para a independência de Moçambique estavam praticamente elaborados por Melo Antunes e a Frelimo. Parece inconcebível que assim tenha sido, mas foi. (OSÓRIO, 1975, p.75-76).

Além disso, como em muitos dos projetos de Spínola, seus planos para Angola não deixavam de ser astuciosos. Ele pretendia que as colônias portuguesas seguissem a linha de orientação política dos países ocidentais, especialmente sob orientação dos Estados Unidos da América e eliminar a possibilidade de tendência política do Moscou.

De acordo com Freitas (1975), durante o encontro na Ilha do Sal, Cabo Verde cada parte aí apresentou as suas exigências e definiu a sua posição política pela qual as províncias ultramarinas poderiam orientar-se.

O general Mobutu solicitou de Spínola, em primeiro lugar, o apoio a Holden Roberto em Angola, amputada da sua província de Cabinda, em segundo lugar que confiasse, por um lado, Angola a uma equipe dependente conjuntamente de Spínola e Mobutu, por outro lado, Cabinda, cujo subsolo contém imensos jazigos de petróleo a uma segunda equipe saída de uma certa "Frente de Libertação do Enclave de Cabinda", instalada em Kinshasa; esta segunda equipe dependeria igualmente de Spínola e Mobutu. Em terceiro lugar, Spínola deveria ajudar Mobutu à realização daquilo que este último chamou uma Federação Zaire-Angola-Cabinda, tendo Mobutu como presidente e, eventualmente, Holden Roberto como vice-presidente. (FREITAS, 1975, P. 458)

Freitas (1975), ainda afirma que,

Spínola aceitou estas propostas com três condições: em primeiro lugar, Mobutu deveria ajudar a equipe de Spínola junto de certos Chefes de Estado africanos com o fim de desembaraçar diplomaticamente o Governo Português no plano internacional e permitir-lhe adquirir uma certa honorabilidade, à sombra da qual ele poderia empreender, com eficiência, uma nova política colonial, e no interior de Portugal, uma política de restauração da ordem. Mobutu aceitou esta exigência. Em segundo lugar, Spínola exigiu de Mobutu que todas as sociedades capitalistas, portuguesas e multinacionais, atuassem sob a cobertura de Portugal, dispondo livremente, e durante o mínimo de vinte anos, dos imensos recursos naturais de Angola, Cabinda e Zaire. Esta exigência foi igualmente aceite por Mobutu. Em terceiro lugar, Spínola pediu a Mobutu que o ajudasse a recuperar Moçambique e a Guiné-Bissau, não só provocando golpes de Estado, como procedendo a assassinatos por meio de infiltrações de mercenários e da corrupção de certos quadros dos Movimentos de Libertação. Neste caso igualmente Mobutu aceitou as exigências (FREITAS, 1975, P. 458).

Silva considera o encontro do general Spínola, no Sal, com Mobutu e depois com Nixon⁹ nos Açores da seguinte forma:

Em relação ao encontro do Sal, propriamente balde de água fria, não foi. Foi, sim, uma grande surpresa visto que não sabíamos nada do que se lá tinha passado. Soubemos pelos jornais que lá tinha ido e nunca chegamos a saber o que é que tinha conversado. No entanto, posteriormente, foi-se deduzindo o que é que de fato lá se tinha passado. Eu não considero isso um balde de água fria, mas sim uma surpresa desagradável, uma vez que não fazia sentido que num processo de descolonização em que havia três Movimentos de Libertação o Presidente da República se fosse encontrar com o Presidente de um Estado que dava abrigo a um dos

⁹ Richard Nixon foi eleito duas vezes presidente dos Estados Unidos da América (1968/1972 e 1972/1974). O fim do seu governo deu-se com o Caso Watergate iniciado em 1972.

Movimentos, porque desde logo fazia pensar que haveria a idéia de dar uma certa preponderância a esse Movimento. Portanto, nesse aspecto para nós foi preocupante e extremamente desagradável. Quando ao encontro dos Açores, eu tenho a impressão que só podemos pensar que ele estava na linha do ex-General. Ele servia determinado número de interesses e esses interesses passavam necessariamente pelos Estados Unidos. Assim o encontro com 'patrão' Nixon estava certo (SILVA *apud* FREITAS, 1975, P. 168).

É claro que, Spínola não se simpatizava com a política do comunismo soviético, por isso “queria reconhecer a facção de Chipenda (rebeldes do Leste) como representante do MPLA e isolar Neto. Em seguida haveria eleições para a Assembléia Constituinte, com voto universal. O entendimento particular entre Mobutu e Spínola na Ilha do Sal baseou-se no desejo comum aos dois de ver o MPLA neutralizado e, se possível, eliminado. O contra-almirante Rosa Coutinho, alto comissário português em Angola, que não estava a par da reunião, declarou depois que os objetivos eram ‘instalar Holden no primeiro lugar, com Chipenda e Savimbi a seu lado, e eliminar Neto’. Spínola, quando insistiu em que não se negociasse com o MPLA, afirmou que Neto ‘recebia ordens de Moscou.’ (MAXWELL, 2006, P. 144)

Por outro lado, tanto Spínola como Mobutu “consideravam Chipenda manipulável se lhe fossem dados os incentivos certos. Chipenda havia exercido o papel temporário como protegido de Moscou, ele também fora, em vários momentos, protegido de quase todos os forasteiros envolvidos na luta angolana, inclusive a polícia secreta portuguesa.” (MAXWELL, 2006, P. 145)

Agostinho Neto¹⁰ na sua opinião sobre o encontro do General Spínola com Mobutu, na Ilha do Sal afirma o seguinte:

Claro que o General Spínola queria no seu encontro com o General Mobutu, pura e simplesmente eliminar o MPLA, como em Portugal ele também queria eliminar todas as forças progressistas. O seu problema era eliminar as forças progressistas e no Sal o que se combinou foi reunir todas as forças não progressistas em Angola para poderem afastar o MPLA. Simplesmente o ex-General Spínola enganou-se, não foi capaz de realizar os seus desejos e foi ele o afastado. Mas eu creio que a idéia do ex-General ainda permanece no espírito de alguns responsáveis portugueses que também acreditam que o MPLA não pode governar Angola, não deve governar Angola por causa, exatamente, do seu ideal progressista (NETO *apud* FREITAS, 1975, P. 165).

Essas manobras astúcias do Spínola levaram o MFA a tomar uma postura radical contra general. Em 28 de setembro de 1974, Spínola renuncia à presidência, tendo fracassado na tentativa de passar por cima do MFA, dos comunistas e do MPLA, pedindo o apoio da “maioria silenciosa”. Em seu lugar foi nomeado o General Costa Gomes¹¹. No mesmo período, o 3º Governo Provisório chefiado por Vasco Gonçalves toma posse (SILVINO, 2004).

Na verdade, Spínola¹², em seu projeto, em que preconizava a formação de uma comunidade lusitana, argumentava que os povos africanos não estavam politicamente preparados para assumir uma

¹⁰ Um dos fundadores do MPLA, em 1956, e primeiro presidente da República de Angola em 1975. Nasceu em Angola, na aldeia de Caxicane, em Icoló e Bengo numa família de pai pastor de igreja e a mãe professora da escola primária. Formou-se em medicina em Lisboa, Portugal. Por ter se envolvido na vida política defendendo a causa africana, nos anos 50, várias vezes foi preso. Morreu de leucemia em setembro de 1979, em Moscou, ex-União Soviética.

¹¹ Assumiu o cargo de presidente da república deixado por Spínola, em 1974.

¹² O projeto de federação luso-afro-brasileira proposto por Spínola, em 1974, tinha apoio de grupos de acionistas portugueses, empresas multinacionais que atuavam nas colônias portuguesas, principalmente Angola e Moçambique, apoio dos Estados Unidos e de outros países ocidentais. Lembrando que o referido projeto foi imediatamente rejeitado pelos movimentos de libertação nacional, na África.

independência total dos seus territórios e, que a presença de Portugal seria importante para conduzi-los de forma paulatina e benigna em um autogoverno no quadro de uma federação luso-afro-brasileira e, garantir, sem dúvida, os direitos de propriedades de colonos e os interesses capitalistas aí presentes. Para isso, um referendo a favor da federação nos territórios coloniais seria extremamente fundamental para saber as intenções e as opiniões políticas dos povos africanos.

Entretanto, “a solução política do MFA para África significava muito mais do que o tipo de autonomia em uma federação lusitana previsto por Spínola. Como explicou sem rodeios o boletim divulgado pelo MFA”: “Os que se beneficiaram com a guerra foram os mesmos grupos financeiros que exploraram o povo na metrópole e, confortavelmente instalados em Lisboa e Porto ou no exterior, por meio de um governo venal, obrigaram o povo português a lutar na África em defesa de seus lucros imensos” (MAXWELL, 2006, P. 140-141)

“Entre outubro de 1974 e janeiro de 1975 o MFA deteve o poder efetivo em Portugal. Reforçou esse poder formando um grupo de apoio mais amplo para supervisionar seus assuntos, o Conselho dos Vinte, e instituindo a Assembléia dos Duzentos para atuar como um organismo semilegislativo encarregado de deliberar sobre políticas importantes. Durante esses quatro críticos meses, o MFA permaneceu unido no comprometimento com a descolonização imediata, pois todos os diversos elementos de esquerda no movimento concordavam sobre a necessidade da rápida saída da África. A ascendência da esquerda no movimento também levou as autoridades portuguesas ideologicamente mais perto do MPLA do que dos dois movimentos.” (MAXWELL, 2006, P. 145). Justamente os dois movimentos referidos aqui são a FNLA e a UNITA.

Segundo Maxwell (2006), é obvio que os movimentos de libertação de Angola, da Guiné e Moçambique sempre tiveram maior cuidado na escolha entre o povo português que os apoiava, e o governo autoritário que estava tentando eliminá-los. O MPLA, o PAIGC e a FRELIMO temeram desde o início que uma revolução política nas colônias portuguesas ainda pudesse deixá-los na situação de dependência neocolonial de Portugal e dos interesses econômicos da Europa aos quais a metrópole estava ligada e pelos quais às vezes atuava como agente. Por isso, o surgimento de idéia “terceiro mundo” na esfera das forças armadas portuguesas, assim como a crescente aliança entre a ala radical do MFA e os comunistas, foram vistas com grande interesse pelas organizações marxistas na África. Essas estratégias possibilitavam-lhes para acelerar o processo de descolonização e garantir que, que mesmo existissem grupos nacionalistas concorrentes, os que, como o MPLA, possuíssem contatos de longos anos com a antiga oposição clandestina portuguesa receberiam consideração especial.

Ainda Maxwell (2006), além disso, a desconfiança do liberalismo também ajuda a esclarecer a importância do casamento de marxismo eclético e nacionalismo na filosofia do MFA. Dela resultou a base de convergência entre, de um lado, o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO, e de outro o MFA. Essa coligação temporária entre o MFA e seus oponentes pode estar na origem do momento oportuno e circunstâncias especiais das lutas dos movimentos de libertação e pelo atraso da metrópole, que desagradava aos oficiais do MFA. Os movimentos de libertação tinham objetivos específicos dentro dessa aliança, mas o MFA não. Portanto, os movimentos de libertação estavam comprometidos com a independência nacional, enquanto o compromisso do MFA continuava a ser, ver as colônias africanas livres.

“O período foi crítico porque permitiu ao MFA tempo para respirar e restabelecer a liderança sobre a independência de Angola.

Também permitiu ao Agostinho Neto organizar o seu tão dividido movimento (MPLA)". O papel dos portugueses nesse momento específico de descolonização do território angolano foi crucial. "Uma das dificuldades [...] foi o fato de que, militarmente, a guerra colonial [em Angola] não apresentava as mesmas condições que em Moçambique ou Guiné. Em Angola as forças portuguesas controlavam praticamente todo o território. Os movimentos, em certa medida, estavam sendo derrotados¹³." O MPLA estava praticamente derrotado do ponto de vista militar. É claro que "esta situação acabou por agravar o problema da descolonização, porque o movimento com maior sustentação política era então militarmente o mais fraco." (MAWELL, 2006, P. 146-147)

Apesar de todos esses impasses quanto à descolonização de Angola, nesse período foram formalizados diversos acordos de cooperação entre os movimentos rivais de libertação nacional. A 25 de novembro de 1974, FNLA e a UNITA assinam acordo em Kishansa; e em 18 de dezembro MPLA e a UNITA assinam acordo em Luso, Angola, desde logo ficou assente que teria de haver um encontro a três a fim de encontrar uma plataforma comum que permitisse discutir com os portugueses a questão da descolonização de Angola (FREITAS, 1975 E CORREIA, 1996). "A Organização da Unidade Africana (OUA) que em momentos diferentes reconhecera a FNLA e o MPLA como único porta-voz nacionalista legítimo de Angola, agora estendia reconhecimento de última hora a Jonas Savimbi, da UNITA." (MAXWELL, 2006, P. 147)

Conforme Silva (*apud* Freitas, 1975, P. 156), para a descolonização de Angola foi necessário fazer outro 25 de Abril dentro de Angola.

¹³ A existência de rivalidade entre as organizações de guerrilhas marcadas pelas diferenças étnicas e das divisões internas e clivagens políticas são uns dos fatores que contribuíram no enfraquecimento dos movimentos de libertação em Angola. No caso do MPLA, o movimento enfrentava dois graves problemas: a) a posição dos intelectuais da Revolta Ativa, constituída pelo próprio fundador do MPLA, Mário Pinto de Andrade, cujo destino, neste momento, é ignorado e incerto contra Agostinho Neto, dentro de Luanda, na cúpula do próprio partido; b) nas bases populares e militares, o conflito com Daniel Chipenda, o chefe de Revolta do Leste.

Primeiro houve aqui em Angola, digamos outro 25 de Abril em miniatura, porque os chefes militares de então usaram um método que nós consideramos bastante dúbio e que obrigou os oficiais, que desde logo aderiram ao 25 de Abril, a tomar posições firmes para que eles se definissem. Ora, essas posições de fato nunca apareceram. Nós nessa altura estávamos em contato estreito com Lisboa como é natural, tínhamos à “sucapa”, até com ar de conspiração, comunicação diária com Lisboa por diversas vezes e diversas vias, isto logo a seguir ao 25 de Abril, digamos nos dias 26, 27 e 28. Havia cá vários oficiais ligados ao Movimento dos Capitães, simplesmente a partir de certa altura, por necessidade de manter o segredo, deixou de ser possível aqui saber quando é que se iria passar o 25 de abril, embora se soubesse que estava para breve, especialmente depois do 16 de março nas Caldas da Rainha. Eu não era um desses, mas havia de fato vários oficiais que estavam ligados desde o princípio ao Movimento dos Capitães, mas não só esses como muitos outros que aderiram desde o 25 de Abril, tiveram necessidade, aqui em Luanda, de forçar os comandantes militares a definir a sua posição relativamente à revolução que se tinha dado em Portugal. Essa definição não apareceu senão numa forma muito pouco consistente e para nós muito pouco satisfatória depois de muitas pressões. Essas pressões foram feitas através de reuniões em que nós de fato impusemos a presença desses comandantes militares para que eles definissem, reuniões de que saíram diversos comunicados, mas que nós não consideramos satisfatórios. (SILVA *apud* FREITAS, 1975, P. 156).

A partir de 1975 várias cimeiras para os assuntos de descolonização de Angola são realizadas em vários países, com a participação de Portugal, MPLA, FNLA e da UNITA: Entre os dias 3, 4 e 5 de janeiro reúnem-se no palácio presidencial em Mombaça, Quênia, “as três delegações do movimento de libertação nacional,

todas representadas por seus respectivos presidentes Holden Roberto pela FNLA, Agostinho Neto pelo MPLA, e Jonas Savimbi pela UNITA num clima de mútua compreensão e perfeito entendimento encontraram uma plataforma comum em vista às negociações com o governo Português para a formação de Governo de Transição que conduziria Angola à independência. Dentro do mesmo espírito de compreensão e unidade os três Movimentos decidiram que a partir desta data se obrigam a cooperar em todos os domínios, especialmente no quadro de descolonização, defesa e integridade territorial, bem como no da reconstrução nacional”, (FREITAS, 1975, p. 179). Além desses acordos, era necessário fazer outro acordo onde se discutiria as modalidades para qual o Portugal faria a transferência do poder para os angolanos. Entre eles foi o Acordo do Alvor realizado no continente europeu.

1.1.2. O Acordo de Alvor

Nos dias 10 a 15 de janeiro de 1975, reunidos em Portugal no Hotel da Penina, Algarve, o Estado Português e os representantes dos três Movimentos de Libertação Nacional (MPLA, FNLA e UNITA) assinam o Acordo de Alvor, que estabelece a fórmula pela qual Angola se tornaria independente. Chefiava o lado português o general Costa Gomes como presidente provisório de Portugal, Mário Soares como ministro dos negócios estrangeiros, o major Melo Antunes e o alto comissário, almirante Rosa Coutinho. Ambas as partes negociaram o processo e o calendário do acesso de Angola à independência, entre os pontos principais acordados são:

artigo 1º “o Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), como os únicos e legítimos representantes do povo angolano”;

artigo 2º “o Estado Português reafirma, solenemente, o reconhecimento do direito do povo angolano à independência”;

artigo 3º “Angola constitui uma entidade uma e indivisível nos seus limites geográficos e políticos atuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano”;

artigo 4º “a independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de novembro de 1975, em Angola, pelo presidente da República Portuguesa ou por representante seu expressamente designado”;

artigo 5º “o poder passa a ser exercido, até à proclamação da independência, pelo Alto Comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de janeiro de 1975” (FREITAS, 1975, P. 181 e MAXWELL, 2006).

Em síntese: o Acordo previa que Portugal continuaria a sua soberania em Angola até a data fixada para sua independência, 11 de novembro: Seria formado o Governo de Transição, com os Ministérios divididos entre os movimentos e alguns nas mãos de portugueses, como o de economia. Previa o problema dos refugiados vizinhos do Zaire ou Zâmbia, eleições gerais em outubro, para formação de uma Assembléia Constituinte, cooperação entre Portugal e Angola, saída progressiva das tropas portuguesas do país; criação da Comissão Nacional de Defesa, presidida pelo alto-comissário de Portugal em Angola, constituição dos projetos da Lei Fundamental, da Lei Eleitoral e da própria Constituição da futura República, formação de comissões mistas para assuntos de descolonização, cooperação, pagamentos de dívidas a Portugal etc. (CASCUDO, 1979).

Segundo Pissarro (2005), o jornal a 'Província de Angola' do dia 16 de fevereiro de 1975, cujo título "Angola governada por angolanos a partir de 31 de janeiro", informava que:

Foi num ambiente de confiança mútua e de franca cordialidade, que decorreu, esta noite, no Hotel da Penina, a cerimônia de encerramento da conferência geral sobre Angola. Presidiu ao ato o Presidente da República Portuguesa, general Costa Gomes, que se encontrava ladeado, à direita pelos elementos da Delegação portuguesa e do FNLA, e à esquerda, pelos representantes das Delegações do MPLA e da UNITA. Em lugar especial sentavam-se o primeiro-ministro do Governo Provisório português, brigadeiro Vasco Gonçalves, o ministro sem pasta, major Vítor Alves e o alto comissário de Angola, almirante Rosa Coutinho. (PISSARRO, 2005, P. 16)¹⁴. Este fato é testemunhado pela Figura 01, que mostra a foto dos participantes do Acordo de Alvor.



Figura 01: Acordo de Alvor (Foto Net). Fonte: Pissarro (2005, P.16)¹⁵

O acordo foi um grande feito, e o principal responsável por essa realização foi o MFA, então no auge de seu poder e prestígio. Agostinho Neto prestou um discreto tributo ao Movimento das Forças Armadas no fim do encontro de Alvor, na época pouco notado, mas de grande significância em suas implicações: chamou o MFA de "O Quarto Movimento de Libertação." (MAXWELL, 2006, P. 148)

¹⁴ PISSARRO. Memória. Angola 1951-1975. 2005.

¹⁵ Idem

No dia do encerramento da cimeira que deu lugar à assinatura do Acordo de Alvor. O Presidente de Portugal, Costa Gomes proferia as seguintes palavras à nação angolana: “O Povo Angolano Sente na Alma o Bálsamo da Esperança”. No seu discurso afirmava:

Senhores presidentes: As vossas assinaturas selaram com Portugal um acordo de transcendente importância nos destinos dos povos de Angola. Ficou assim encerrado um capítulo que forças retrógradas prolongaram injustamente. Trabalhamos nesta reunião cimeira com uma geração de atraso nas correntes da História. Compete-nos agora ser generosos quanto ao passado, diligentes quanto ao futuro e presente e esclarecidos ao futuro.(...) Senhores presidentes: O povo angolano, todos os homens bons que em Angola desejam viver e trabalhar em clima de justiça social, penosamente saturados por uma guerra sem grandeza, sentem na alma o bálsamo de esperança. O seu desejo de paz e tranquilidade é tão forte que, estou certo, todos darão o melhor do seu esforço e colaboração para que os seus sofrimentos e esperanças não sejam vãos na história da grande pátria que vai nascer. Vós, angolanos, governantes e governados, sereis capazes de dirigir e aplicar as potencialidades do território ao ritmo trepidante de quem tem a construir um dos mais florescentes países do continente africano. Repousará nas vossas mãos, homens de Angola, tudo quanto o destino vos reservou para criardes uma pátria materialmente grande e rica, espiritualmente fraterna e justa. (PISSARRO, 2005, P. 16) ¹⁶.

Em seguida Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) dirigia a seguinte mensagem ao povo angolano: “Saibamos Reforçar e Consolidar as Conquistas Obtidas”. Em seu discurso dizia:

Povo angolano, companheiros de luta, camaradas e simpatizantes do MPLA angolanos: Falo-vos no momento de particular transcendência do processo já longo da luta de libertação do nosso povo e do nosso país. Não interessa

¹⁶ PISSARRO. Memória. Angola 1951-1975. 2005.

relembrar agora os inúmeros sacrifícios, os incalculáveis sofrimentos por que passou o nosso povo, pois o sangue derramado pelos nossos heróis, os sacrifícios consentidos pelo nossos mártires, as humilhações dos vivos e dos mortos, constituem já, historicamente, a argamassa indestrutível que construiu os alicerces da nossa libertação. O que importa neste momento é que a grande e portentosa nação que já se vai erguer, sobre as bases conquistadas, saiba trilhar o mesmo caminho de dignidade e justiça e de humanidade que sempre caracterizaram a ação do Movimento Popular de Libertação de Angola. (...). Compatriotas camaradas: agora que os trabalhos da cimeira estão concluídos, agora que o Mundo inteiro nos olha com a consideração e o respeito que a nossa luta de libertação constituíram, saibamos reforçar e consolidar as conquistas obtidas. Um só povo, uma só nação, defendendo intransigentemente, sem subterfúgios ou ambigüidades a democracia e o direito sagrado de podermos entrar no seio da comunidade mundial com as credenciais conseguidas ao longo de 18 anos de luta. FNLA, UNITA e MPLA unidos, pretos, mestiços e brancos unidos são a garantia para construirmos uma pátria independente para o povo angolano. A vitória é certa (PISSARRO, 2005, P. 16)¹⁷.

Por último, as palavras de Holden Roberto, líder da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) à população angolana: “Acabou o Colonialismo que Oprimiu Angola”. O seu discurso caracterizava-se da seguinte forma:

Boa noite, angolanos. Como é do vosso conhecimento, a cimeira de Alvor acaba de terminar. Foi à beira do Oceano Atlântico, nesta distante província portuguesa do Algarve, que há cinco séculos as caravanas portuguesas receberam ordem de partida para as distantes terras de África. Foi desta terra que partiu Diogo Cão, desses conquistadores, desses colonizadores para atracar no nosso país. Pois, meus irmãos, é com regozijo que vos anuncio que nessa mesma terra onde nasceu o colonialismo, o colonialismo que oprimiu Angola, acabou. É o fim de uma época e a primeira

¹⁷ Idem, Ibidem.

de outra, e neste momento solene em que os corações de todos os angolanos batem à uma, os meus pensamentos estão dirigidos para vós. Ao mesmo tempo peço para celebrarem comigo esta vitória que o nosso povo depois de catorze anos de luta sangrenta e implacável acaba de alcançar, mas tendo em conta que essa vitória é alcançada com sangue, com lágrimas e com o suor dos filhos mais queridos de Angola. E este momento que celebramos esta vitória é nosso dever dirigir o nosso pensamento para aqueles que se sacrificaram para que este dia tão glorioso nos anais da história do nosso povo se torne uma realidade. 11 de Novembro de 1975 Angola será independente para toda a eternidade. Regozijai-vos, cantai e dançai porque a liberdade pela qual tanto sofremos, se torne uma realidade. Daqui a pouco assumireis novas responsabilidades e não sereis homens sem pátria, meios cidadãos. Pois sereis, doravante, verdadeiros cidadãos.(...). (PISSARRO, 2005, P. 16)¹⁸

“Jonas Savimbi não se pronunciou. Passados que são 30 anos se analisarmos bem estes discursos veremos que são eivados de pura hipocrisia. Nenhum dos partidos conhecia a realidade angolana de 1974, porque os seus dirigentes estavam no estrangeiro. O MPLA até então, não tinha lutado no terreno nem praticamente a UNITA. Estes discursos foram uma autêntica humilhação aos portugueses permitida pelo então presidente da República Costa Gomes que presidiu à conferência. De Vasco Gonçalves e de Rosa Coutinho podia esperar-se tudo porque já tinham planos para a entrega incondicional de Angola aos comunistas do MPLA” (PISSARRO, 2005, P. 6)¹⁹.

¹⁸ Idem, Ibidem.

¹⁹ Idem, Ibidem.

1.1.2.1. Formação do Governo de Transição em Angola, 1975

Em 31 de janeiro de 1975, forma-se o Governo de Transição de Angola nos termos do Acordo do Alvor. Nesse dia os membros escolhidos de cada movimento de libertação assumiam os seus respectivos cargos. Além disso, escutavam-se palavras de conciliação e discursos de cada representante do movimento.

Destacamos aqui alguns trechos do discurso proferido por representante de Portugal, o Alto Comissário de Angola Silva Cardoso. “Saibamos merecer a grandeza da liberdade”.

Em Angola damos hoje início à aplicação do acordo assinado no Algarve, que responsabiliza os legítimos representantes do povo angolano – FNLA, MPLA e UNITA – na definição da política que dará base nacional à governação independente deste portentoso País. (CARDOSO, *apud* PISSARRO, 2005 P. 6)

Vamos desta forma retomar os objetivos que conduziram a Mombaça e ao Alvor, agora melhor compreendidos e cimentados nas tarefas que cada a um cabem, como parte dum conjunto empenhado em dar ao povo angolano o futuro que merece, e em dar a Angola uma projeção na África e no Mundo. (IDEM, 2005 P. 16).

Palavras proferidas por líder da UNITA, Jonas Savimbi na tomada de posse do Governo de Transição em Angola:

O momento que vivemos neste dia é o coroamento de sacrifícios sem par que o nosso Povo veio concedendo durante muitos anos. A tomada de posse do governo Angolano de Transição enche de orgulho todos os angolanos. Para aqueles que combateram o colonialismo de arma na mão sentem o reencontro de a sua luta não ter sido em vão. (SAVIMBI *apud* PISSARRO, 2005 P. 6)²⁰

²⁰ PISSARRO. Memória. Angola 1951-1975. 2005.

Pessoalmente gostaria de estar do vosso lado nesta hora histórica. Mas ontem, como hoje, amanhã como sempre, servirei os interesses da unidade nacional. Exorto-vos a agir conforme o espírito de Mombaça e a respeitar integralmente o protocolo de Penina. O vosso lema não pode ser outro senão servir o vosso Povo, a justiça humana constituirá a garantia do vosso sucesso. Contareis sempre que precisareis com os meus fracos préstimos. Viva Angola, viva a Unidade Nacional. (IDEM, P. 16)

Mensagem de Agostinho Neto dirigida à nação Angolana. “Só com o povo no poder teremos a verdadeira democracia”.

No nome do Bureau Político e do Comitê Central do Movimento Popular e de Libertação de Angola é com a maior alegria, que neste 31 de Janeiro de 1975, os felicito pela honrosa responsabilidade assumida de orientar até 11 de Novembro do ano corrente, a descolonização do nosso país e a transferência do poder para as mãos do nosso povo. (NETO *apud* PISSARRO, 2005, P. 16)

A dura luta contra o colonialismo revelou a capacidade do nosso povo por si mesmo e, por isso, este deve sentir no Governo de Transição o intérprete fiel das suas aspirações, o defensor da sua independência, o continuador da luta contra as seqüelas do colonialismo e contra o Imperialismo. (IDEM, 2005, P. 16)

Palavras de Holden Roberto. “Apoiemo-lo todos porque é o nosso governo”

"Irmãs Angolanas. Irmãos Angolanos. 31 de Janeiro de 1975. Este dia que é o da instalação de um Governo de Transição cuja Sede é a Capital do nosso País, ficará marcado a partir de hoje pelo mais brilhante cristal da HISTÓRIA (em letras maiúsculas) da nossa querida Pátria! Este dia que pela sua solenidade se distingue de todos os outros, marca, sem sombra de dúvida, o princípio da efetivação do processo irreversível que conduzirá o nosso país à independência, processo que foi objeto das

negociações levadas a cabo, resultante foi o ACORDO de Alvor, firmado em 15 deste mesmo mês de Janeiro e que o RENASCIMENTO da Pátria Angolana". "A restante parte do discurso é praticamente uma repetição do que foi dito no Acordo de Alvor na Penina por isso dispensamos a sua transcrição." (ROBERTO, *apud* PISSARRO, 2005, P. 16).

1.1.2.2. O Acordo do Alvor fracassa, Portugal abandona Angola e a Guerra Civil inicia no país.

Entretanto, o Acordo do Alvor era destruído, a cada instante, principalmente pelo MPLA e FNLA. Por sua vez, a força militar portuguesa, que possuía dispositivos bélicos capaz de exercer vigilância ao longo das fronteiras angolanas, nunca se preocupou com os desembarques de armas e tropas estrangeiras cubanas, sul-africanas e zaienses. Tudo isso seria fatal, a partir de 15 de maio e com conseqüências ainda maiores num futuro próximo. Sem demora, após de alguns dias da formação do Governo de Transição de Angola, o sangue começa a correr nas ruas da capital do país. "Inicia o tremendo calvário da transição, regado pela dor, pelo luto, pela morte inútil, pela fuga precipitada e sem destino." (FREITAS, 1975, P. 195-196)

Em 13 de fevereiro de 1975, registra-se na cidade de Luanda ação armada do MPLA contra as instalações da facção dissidente de Daniel Chipenda conhecida como "Frente-Leste". Segundo um comunicado do MPLA, tratava-se de uma "medida preventiva, neutralizar essas forças ilegais, perigosas e reacionárias" (FREITAS, 1975, p. 238)

"Em 21 de março do mesmo ano, começa a guerra civil pós-Alvor, bipartida, com confrontos armados entre a FNLA e o MPLA, em Luanda e nos distritos do Uíge e do Zaire; no dia 27 do mesmo mês começa a chegar as primeiras notícias oficiais do início da

internacionalização do conflito angolano com a confirmação de suspeitas anteriores da presença de tropas regulares da República do Zaire no interior de Angola, atuando em apoio a FNLA.” (CORREIA, 1996, P. 192)

Na cidade capital “desalojados perdem-se em Luanda. Dormem ao ar livre frente ao palácio do governo, no Aeroporto à espera de um bilhete²¹, amontoam-se em barracas de campanha junto à Casa do Desportista, na Ilha, vivem em quartos improvisados num prédio de Luanda que ainda nem está acabado.” (FREITAS, 1975, p. 195).

Segundo o “Boletim do MFA” nº 19, de 30 de maio de 1975,

Desde a constituição do Governo de Transição de Angola, com representantes dos três Movimentos de Libertação, a situação política tem-se degradado continuamente. A causa principal da degradação da situação é o não-cumprimento geral do Acordo do Alvor, que foi livremente aceite pelos dirigentes dos três Movimentos de Libertação e nomeadamente o atraso na efetivação de certos pontos básicos, como a Lei Fundamental, a Lei Eleitoral ou a Constituição das Forças Militares Mistas. (BOLETIM DO MFA Nº 19 DE 30 DE MAIO DE 1975, *apud* FREITAS, 1975, p. 196).

Ainda conforme o “Boletim do MFA” nº 19, 1975,

O antagonismo que existem entre a FNLA, MPLA, que tem fundas raízes na história do movimento de libertação de angolanos e nas ideologias opostas que defendem, tem-se exacerbado e a partir de uma falta de entendimento mínimo e pela desconfiança mútua, está na origem da escalada de violência que atingiu gravíssimas proporções nos últimos incidentes de princípios de maio. (BOLETIM *apud* FREITAS, 1975, P. 196)

²¹ Refere-se à bilhete de passagem aérea.

A deterioração das relações entre os dois Movimentos é acelerada, por vezes, por confrontos a partir de motivos mais do que prosaicos, que surgem ao nível de bases militares, ultrapassando, pois a vontade das cúpulas, cortando a estas a capacidade oportuna de controle. Ao nível dos dirigentes ainda existe uma base suficientemente ampla para se discutirem os assuntos, mas ao nível da base isso já não existe. Além disso, é tida como certa a existência de grupos infiltrados provocadores que não pertencem a nenhum dos Movimentos, a soldo de grandes potências ou de grupos de extrema-direita que atacam tanto a FNLA como o MPLA, lançando-os um contra o outro. Isto tem acontecido com freqüência. Finalmente, há certos elementos da colônia portuguesa em Angola que jamais se conformarão com a perda da anterior situação de privilégio e/ou estão diretamente implicados nos grupos provocadores terroristas ou procuram exercer no campo político uma atividade complot, provocando um clima de tensão e fricção entre os Movimentos. (IDEM, 1975, P. 196-197)

A partir desta situação surgiu um fator novo, o medo que se apoderou de grande parte da colônia portuguesa e de outras etnias, provocando um movimento importante de tentativa de regresso a Portugal. Esta tendência grave para o abandono atingiu na colônia portuguesa as camadas médias da população, sobretudo de técnicos e mão-de-obra semiespecializada, que abandonaram a zona de Luanda e voltaram às zonas de origem. (IDEM, 1975, P. 197)

Desse fator resulta o declínio acentuado da atividade econômica, agravado pela ameaça de paralisação de trabalho em muitas empresas e pela redução do potencial das mesmas, o que na atual situação de Angola pode levar, a curto prazo, a uma rápida degradação econômica que teria um reflexo imediato no agravamento da situação política. Com efeito, uma situação em que viesse a escassear alimentos ou abastecimentos, provocaria certamente movimentos das populações e uma agitação social incontroláveis, o que daria origem a uma situação ainda mais degradada e favorável a novas ingerências das grandes

potências e grupos econômicos que cobiçam este território. (IDEM, 1975, 197)

A questão coloca-se designadamente ao nível das influências e apoios externos que certas grandes potências ou grupos econômicos transformam numa autêntica ingerência interna nos assuntos do povo angolano e que podem viciar todo o processo de descolonização e o futuro de um país que todos queremos independente e progressista e livre do imperialismo. (IDEM, 1975, P. 197)

O papel das Forças Armadas Portuguesas é decisivo para evitar e travar, sempre que necessário, a escalada de violência. A sua intervenção enérgica dentro do princípio da neutralidade ativa era o fator que garantia neste momento a estabilização da situação face aos conflitos que surgem a cada passo. Cabe ainda às Forças Armadas Portuguesas, em particular aos seus responsáveis políticos, intervirem no plano político e estabelecerem um estreito e fraternal diálogo, um diálogo constante com os Movimentos de Libertação, na procura do espírito da unidade nacional fundamental para a independência de Angola. A intervenção político-militar das nossas Forças Armadas é o garante do avanço do processo político em Angola numa via pacífica para a independência. (IDEM, 1975, P. 197).

A 15 de junho de 1975, ocorre a Cimeira de Nakuru, Quênia. Durante oito dias decorreram longas e delicadas conversações entre o MPLA, a FNLA e a UNITA. “Os três presidentes dos Movimentos de Libertação, conscientes da grave situação em que Angola se encontrava e dos interesses nacionais que têm necessariamente de ser colocados acima de quaisquer divergências políticas ou ideológicas, afirmaram solenemente renunciar ao uso da força como meio de resolver os problemas e honrar todos os compromissos resultantes das conclusões do acordo que se segue.” (FREITAS, 1975, p. 270) Alguns pontos capitais que foram acordados no Alvor

foram ratificados em Nakuru, como por exemplo, o da criação das forças armadas angolanas. (FREITAS, 1975)

Apesar dos êxitos alcançados nos acordos do Alvor e de Nakuru entre os três Movimentos de Libertação, a situação política em Angola não era de tranqüilidade. Vivia-se um clima tenso e de agitação de guerra, principalmente entre o MPLA e FNLA. O número de pessoas que pretendiam deixar Angola com destino para as suas terras de origem era alarmante. Além dos portugueses, caboverdianos e guinenses que desejavam deixar Angola, também havia angolanos que não se sentiam seguros nos seus locais de trabalho habituais. Como é o caso dos bailundos²² que regressavam aos seus lugares de origem em massa a procura de proteção. Esse problema foi preocupante, muitas vezes teve repercussão altamente negativa quer para Angola quer para Portugal onde na verdade todos tinham consciência da crise em que se vivia no país. (FREITAS, 1975)

Na verdade, “o Acordo do Alvor não expressava entidade para qual o governo português deveria transferir a soberania no ato da proclamação da independência”. Nos termos dos artigos 42º e 44º do Acordo do Alvor estipulava, que “o Governo de Transição devia aprovar uma Lei Fundamental, que vigoraria transitoriamente até à aprovação da Constituição de Angola, e que essa lei seria elaborada por uma Assembléia Constituinte que deveria estar eleita e instalada até 31 de outubro de 1975 (artigo quadragésimo). Do princípio da reserva de legitimidade conferida aos movimentos de libertação como representantes dos seus povos, resultou que o texto do acordo só a eles reconhecesse o direito de se candidatarem às eleições (artigo quadragésimo primeiro), o que deveria conferir às eleições uma legitimidade democrática dualista, a revolucionária e representativa.” (CORREIA, 1996, p. 26)

²² Povos de etnia Umbundo localizados, sobretudo no centro-sul de Angola. Natural de Bailundo.

“A Lei Fundamental foi de fato promulgada em 13 de junho de 1975 e nela se previam, como órgãos de soberania do novo Estado no momento da independência, a própria Assembléia Constituinte e um Presidente da República, que seria eleito pela assembléia até 08 de novembro e entraria em funções no momento da independência, a 11 de novembro de 1975.” (IDEM, 1996, P. 26). A publicação da lei não evitou o pior que mais tarde aconteceu em Luanda, Norte e Sul de Angola.

Ainda segundo Correia (1996), em 20 de julho de 1975, verifica-se uma das graves incidentes, MPLA expulsa a FNLA de Luanda, e o conflito toma uma proporção enorme com envolvimento de tropas estrangeiras. A 03 de agosto lançam a “Operação *Iafeature*”, consistindo numa aliança militar entre a FNLA e a UNITA, forças regulares zaienses, forças regulares sul-africanas e mercenários portugueses, coordenadas pela CIA, para combater o MPLA e conquistar o poder em Luanda no dia da independência, para uma coligação FNLA-UNITA. A 04 de agosto Savimbi anuncia a entrada oficial da UNITA no conflito de Angola. A guerra civil torna-se tripartida com tendência para passar a bipartida pela aproximação da FNLA e da UNITA contra o MPLA. A 09 do mesmo mês verificam-se intervenções armadas autônomas de forças regulares da África do Sul no interior de Angola, com ações sobre as barragens de Calueque e Ruacaná. No dia 20 ainda do mesmo mês MPLA e a UNITA fazem negociações em Luanda, mas sem sucesso, a guerra se expande para as outras regiões de Angola, destruindo as infra-estruturas econômicas e desalojando famílias inteiras.

“Em 11 de novembro de 1975 as condições reais que se observavam em Angola inviabilizaram a transferência do poder nos termos acordados e formalmente estabelecidos. Verificava-se um vazio governativo que, para além da paralisação executiva e legislativa, inviabilizara a elaboração da lei eleitoral e das restantes

operações preparatórias das eleições. Do vazio governativo resultava o vazio do Estado, pois a Assembléia Constituinte não foi eleita e, sem ela, não se podia eleger o Presidente da República. O Acordo do Alvor, sistematicamente violado por três Movimentos de Libertação e que estava já, de fato, irremediavelmente ultrapassado em muitas das suas disposições, fora parcialmente suspenso pelo Governo Português em 22 de agosto de 1975, através do Decreto-Lei nº 458-A/75. Entretanto, alastrara a guerra civil entre os três Movimentos políticos de Angola internacionalizada por intervenções armadas externas em apoio de todos eles e por eles próprios solicitadas, o que fizera subir o patamar do conflito regional” (CORREIA, 1996, P. 26-27).

Diante deste impasse o Estado Português resolveu declarar oficialmente a independência de Angola, como se comprometera, transferindo o poder para o único soberano a quem reconhecia legitimidade do povo angolano.

A noite de 10 para 11 de novembro, o Alto Comissário general Silva Cardoso lia a mensagem de que se destaca o seu número dois:

Nestes termos, em nome do Presidente da República Portuguesa proclamo solenemente (com efeito, a partir das zero horas do dia 11 de novembro de 1975) a independência de Angola e a sua plena soberania, radicada no povo angolano a quem pertence decidir das formas do seu exercício (CORREIA, 1996, p. 27).

Conforme Correia (1996), os angolanos reagiram de acordo com a situação real que se vivia naquele momento no país. Às 24 horas do dia 11, o MPLA, em Luanda proclamava a independência da República Popular de Angola (RPA) sob um regime socialista de partido único, sem a presença de qualquer representante da antiga potência colonizadora, Portugal. Agostinho Neto, líder do MPLA,

torna-se o primeiro presidente do país. No mesmo dia no Huambo a coligação FNLA/UNITA também proclamava a independência da República Democrática de Angola (RDA). Apesar dos fatos ter acontecido de forma estranha, o governo do MPLA se consolidou e foi logo reconhecido internacionalmente por dezenas de países, o governo FNLA/UNITA não sobreviveu mais do que um dia e não foi reconhecido por qualquer país. Reconhecendo o seu fracasso, já no dia seguinte a UNITA declarava publicamente a extinção da RDA.

Para Correia (1996), a formalização da descolonização de Angola não se traduziria em qualquer mudança radical na situação que o país vivia. Os conflitos armados iriam continuar, mas num cenário muito diferente daquele verificado antes da independência, havia alterações na configuração dos protagonistas e dos atores secundários. A guerra já assumia um caráter clássico com a presença nas frentes de combate de tropas cubanas ao lado do MPLA e tropas sul africanas e zairenses ao lado da UNITA e FNLA, usando armamento mais sofisticado e de grosso calibre.

Em 09 de fevereiro de 1976 o presidente Ford promulga a “Emenda Clark”, que proíbe o envolvimento dos Estados Unidos em Angola. Apesar da aprovação da emenda, as ações da UNITA e da FNLA continuavam sendo coordenadas pela CIA (Agência de Inteligência Americana) através da África do Sul com objetivo de desestabilizar e derrubar o governo do MPLA (CORREIA, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para terminar o nosso estudo procuramos fazer pequenas considerações dos acontecimentos que foram relatados durante a trajetória deste trabalho.

Em 1975, pela primeira vez a bandeira portuguesa deixava de ser hasteada no solo africano. Assistia-se a derrota do último império europeu que dominou os territórios africanos por quase cinco séculos e meio depois da conquista de Ceuta em 1415. Os acontecimentos que marcaram o meado da década de 70 também tiveram papéis importantes e precoces no grande conflito ideológico do século XX.

Os eventos desencadeados pelo golpe militar de 1974 em Portugal produziram uma lógica política diferente. O golpe não trouxe apenas a derrubada do velho regime autoritário do governo Salazar, mas também levou a democracia, a liberdade e a igualdade para o povo português. Por outro lado, lamentavelmente, as colônias africanas, principalmente Angola e Moçambique tiveram menos sorte. A forma como Portugal abandonou essas terras foi simplesmente indigna de um estado civilizado, mas obedecendo a uma lógica das grandes potências hegemônicas do mundo, nomeadamente a União Soviética e os Estados Unidos executada em Portugal, Zaire e África do Sul nas pessoas de António de Spínola, Álvaro Cunhal, Mário Soares, Mobutu, Piter Botha e afins. O que muitos em Portugal e Angola clamaram como descolonização, ou descolonização possível, foi em verdade um processo que resultou na morte de milhões de civis, de guerras prolongadas, fome, miséria e devastação numa escala que ultrapassaria de longe a dos conflitos da era colonial precedente. A virulência dos conflitos africanos, em especial em Angola, foi em grande medida consequência dos

acontecimentos em Portugal entre 1974 e 1976 e da intrusão das lutas insufladas pela Guerra Fria naquela região.

Vários autores consideram a Revolução de 25 de Abril como somente um ato provocado por interesses imperiais estrangeiros para conseguirem através da metrópole o que não conseguiram no teatro de guerra no ultramar: o abandono de Portugal de Angola e Moçambique.

A maioria dos portugueses, angolanos e moçambicanos sabe que a guerra no ultramar foi desencadeada, incentivada e patrocinada por estados estrangeiros que tinham interesses imperiais em Angola e Moçambique. É hoje público que a União Soviética, os Estados Unidos da América, a China, a Inglaterra e o Brasil foram os que mais contribuíram para uma degradação da presença portuguesa em África.

É por esta razão, que durante o golpe militar a democracia em Portugal esteve por várias vezes ameaçada, quer pelo Partido Comunista Português, quer por grupos radicais de esquerda e da direita. Por pouco, Portugal não mergulhou por uma guerra civil orquestrada pelos interesses dos Estados Unidos da América e da União Soviética.

Em muitos aspectos a característica mais notável que possibilitou a descolonização de províncias ultramarinas, é sem dúvida, foi o triunfo da Revolução de 25 de Abril. Depois de muitas divergências internas verificadas em Portugal entre a ala moderada e conservadora e o setor da extrema esquerda do MFA após o golpe do estado, o governo português conseguiu criar um mecanismo que tornaria Angola independente. Os termos em que devia processar-se a descolonização de Angola e o ordenamento institucional que devia vigorar durante o período de transição até ao momento da

transferência do poder, foram estabelecidos pelo Acordo do Alvor, assinado em 15 de janeiro de 1975, em Portugal pelos representantes do Governo Português e pelos líderes dos três Movimentos de Libertação de Angola, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

A fase do processo da descolonização de Angola teve de enfrentar muitos impasses, pois o país estava em conflito armado, o que impunha a necessidade de começar por fazer a paz para que as negociações pudessem ter êxito. Foi esta a chave mestra de toda a arquitetura do Acordo do Alvor. Acordo que foi ponto de chegada de uma árdua caminhada iniciada com a Revolução dos Cravos em Portugal, cujo primeiro passo foi o reconhecimento pelo Portugal do direito à autodeterminação e à independência dos povos de Angola e de outras colônias africanas, promulgado em 26 de julho de 1974 na Lei 7/74. Prosseguiu com a definição dos interlocutores a quem foi reconhecida legitimidade para negociarem com Portugal, os três movimentos de libertação com que Portugal estava em guerra, com as negociações unilaterais de cessão das hostilidades com cada um deles, com os acordos bilaterais entre eles e, por fim, com a cimeira em que os três líderes angolanos, em Mombaça, Quênia aprovaram a plataforma comum que serviu de base à negociação com Portugal.

O texto do Acordo do Alvor configura esta progressão. O seu ponto de partida é reconhecimento dos três movimentos de libertação que haviam desencadeado a guerra pela independência como únicos representantes legítimos do povo angolano, o que viria a ser alcançado logo no seu artigo primeiro. Este reconhecimento, para além de garantir a obtenção da paz, correspondia a posições de princípios já manifestadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização da Unidade Africana (OUA).

Trinta anos depois da Revolução dos Cravos, 25 de Abril de 1974, a política de Portugal e dos territórios ex-colônias portuguesas continua a dividir a sociedade em diferentes extremos do espectro político, principalmente as pessoas politicamente mais empenhadas.

Existem atualmente dois pontos de vista dominantes na sociedade angolana e portuguesa em relação ao 25 de Abril. Quase todos, com muito poucas exceções, consideram que o 25 de Abril valeu a pena. Mas as pessoas mais à esquerda do espectro político tendem a pensar que o espírito inicial da revolução se perdeu. O Partido Comunista Português (PCP) lamenta que a revolução não tenha ido mais longe e que muitas das conquistas da revolução se foram perdendo. As pessoas mais à direita lamentam a forma como a descolonização foi feita e lamentam as nacionalizações.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMANAQUE ABRIL. **Revolução dos Cravos**. 2005. 01 CD-ROM.

BRANDÃO, Eleutério. **A Revolução dos Cravos e a independência das colônias africanas**. 2004. Disponível em: <www.duplipensar.net>. Acesso em: 02 de abril de 2007.

BREVE HISTÓRIA DE ANGOLA. Disponível em: <www.encyclopedia.tiosam.com>. Acesso em 02 de outubro, 2006.

CASCUDO, Fernando Luís da Câmara. **Angola: A guerra dos Traídos**. Bloch Editores S.A., Rio de Janeiro, 1979.

CORREIA, Pedro de Pezarat. **Angola: Do Alvor a Lusaka**. Editora Hugin, Lisboa, 1996.

CORREIA, Pedro de Pezarat. **“O processo de descolonização em Angola. Do 25 de Abril ao Alvor”, 25 de Abril 10 Anos Depois**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.

CUNHA, Silva. **O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril**. Atlântica Editora, Coimbra, 1977.

DISCUTINDO GEOGRAFIA. **A Cara da África**. Revista nº 12, Ano 2, Brasil, 2006.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NO BRASIL. **Angola: O Longo Caminho para a Liberdade**. Editora LTDA, Brasília, 2002.

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. **Estatísticas Informações Completas dos 217 países e do Planeta**. São Paulo: Publicações, 2000.

FREITAS, Amadeu José de. **Angola: O Longo Caminho da Liberdade**. Editora Moraes, Lisboa, 1975.

GURREIRO, Luís. **Impossível Regresso**. Editora SER, Brasília, 1995.

HEIMER, Franz Willelm. **O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976**. A Regra do jogo, Lisboa, 1980.

HISTÓRIA DE ANGOLA. **Pré-História e Proto-História**. Disponível em: <www.terrasdeveracruz.freewebspages.org/angola>. Acesso em 05 de outubro, 2006.

SAVIMBI, Jonas. **Por um Futuro Melhor**. Editora Nova Nórdica, Lisboa, 1986.

SAVIMBI, Jonas. Angola, a Resistência em Busca de uma Nova Nação. Ed. APR. Lisboa, 1979.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**. Volume II. Palas Editores, Lisboa, 1974.

MAXUELL, Kenneth. **O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal**. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Sociedade Angolana**. São Paulo, Ática, 1987.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Encyclopaedia Britânica do Brasil. São Paulo: CIP, 1998.

OSÓRIO, Sanches. **O Equívoco do 25 de Abril**. Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro, 1975.

PISSARROS, T. A. **“Memórias. Angola 1951-1975”**. Editora Rubens Petrinus, Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://pissarros.home.sapo.pt>>. Acesso em: 11 de abril de 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O Lugar da África**. Brasília, EDUnb, 1996.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A Formação da África Contemporânea**. São Paulo, Atual, 1987.

SARAIVA, José Hermano. **“As questões ultramarinas e o fim da monarquia”, História de Portugal**. Coordenada pelo A., Volume 3. Publicações Alfa, Lisboa, 1983.

SILVINO, Leonardo. **Cronologia da Revolução dos Cravos**. Publicado em 22.04.2004. Revisado em 13.03.2006. Disponível em: <www.wikipédia.org>. Acesso em: 04 de abril de 2007.